



REFLEXÕES SOBRE CUNCUN E MIAMI E AS IMPLICAÇÕES PARA O FUTURO:

- De Seattle até Cancun – Maria Riley, Center of Concern /Secretaria da RIGC
- Fracasso em Cancun: o que aconteceu e como será de agora em diante? – Daniela Perez Gavidia, RIGC-Genebra
- Crise do Sistema da OMC: Chances para os Desvalidos e Marginalizados? – Brita Neuhold e Maria Karadenizli, WIDE/RIGC Europa
- Balanço e Indagações Norteadoras para o pós-Cancun - Graciela Rodríguez, RIGC-América Latina
- A 8ª Reunião Ministerial da ALCA em Miami: Encolher, Afundar ou Nadar? Alexandra Spieldoch, Center of Concern / Rede Estadunidense de Gênero e Comércio (USGTTN)

De Seattle até Cancún

Maria Riley, Center of Concern/Secretaria da RIGC

Duas das três últimas conferências ministeriais da OMC resultaram em fracasso. É hora da organização iniciar uma reforma de verdade. Depois do colapso de Seattle em 1999, a OMC passou meses fazendo os chamados exercícios para criar confiança. Sua intenção declarada foi fazer as mudanças necessárias de forma que os países membros pudessem voltar a achar que a OMC poderia de fato atender suas necessidades e agendas.

Uma das resultantes foi a tônica sobre o desenvolvimento na Conferência Ministerial de Doha em 2001. Entretanto, uma análise mais minuciosa da Declaração de Doha iria aferir que a tônica sobre o desenvolvimento foi mais forma que conteúdo. O encontro endossou o *TRIPS* e a *Declaração de Saúde Pública* como o seu documento primordial para o desenvolvimento. Mesmo esse evidente direito humano de acesso a medicamentos foi difícil de conquistar.

Os EUA se mantiveram contra qualquer movimento de implementação até que todas as suas demandas foram aceitas. Mas, afinal, na semana anterior à Conferência Ministerial de Cancun, chegou-se a um acordo quanto aos *TRIPS* e a saúde pública. Foi um último esforço para provar que a OMC estava de fato comprometida com a pauta de desenvolvimento. Entretanto, os condicionantes que os EUA insistiram em incluir no acordo deturpam o intuito da Declaração e deixam dúvidas se vão mesmo ocorrer mudanças capazes de assegurar que quem precisa de remédios realmente terá acesso a remédios. Não obstante, o acordo dos *TRIPS* foi muito veiculado na imprensa e manteve a altivez da OMC logo antes da reunião de Cancun.

Apesar disso, muitos ministros de países em desenvolvimento lá chegaram insatisfeitos com o progresso mínimo atingido nos últimos dois anos. Também chegaram com suas agendas claramente preparadas e suas coalizões montadas em torno das pautas. O Grupo dos 20+ Sobre a Agricultura e o dos Amigos dos Produtos Estratégicos e Medidas Especiais de Salvaguardas para a Agricultura foram dois dos que se organizaram com demandas

bastante específicas. Também foram preparadas alianças contra o início das negociações acerca dos Temas de Cingapura (investimento, transparência nas compras governamentais, políticas de concorrência e facilitação do comércio). Os quatro países da África ocidental e central (Mali, Burquina Fasso, Chade e Benin) também apresentaram demandas claras para a redução dos subsídios ao algodão. Todos esses grupos estavam bastante engajados nas negociações e na distribuição de informes para a imprensa a fim de esclarecerem bem suas posições.

O ambiente em Cancun foi muito diferente de Seattle. Neste último, a maioria dos países em desenvolvimento ficou simplesmente excluída da política e das negociações. Na reunião ministerial de 1999, quando os países africanos finalmente emitiram a declaração de que sustariam o consenso pois não haviam participado de nenhuma das negociações, os países caribenhos e alguns latino-americanos rapidamente os seguiram.

No início da quinta ministerial, essa dinâmica havia mudado bastante. Os países em desenvolvimento vieram para Cancun determinados a não somente se envolverem plenamente mas também a delinearem a pauta de negociações. Os poderosos do Quad (Canadá, UE, Japão e EUA) não estavam preparados para essa nova dinâmica política e, segundo tudo levou a crer, não conseguiram levá-la a sério. Esse fracasso levou à interrupção da reunião.

Mas os processos em Cancun, esses não mudaram. Foi feita pressão política sobre os países, como sempre, houve reuniões no Salão Verde e produziu-se um terceiro texto base da ministerial que ignorava as posições já bastante públicas das várias coalizões dos países em desenvolvimento. Dois dias antes de sair o terceiro texto base, os países da União Africana, os da ACP (África, Caribe e Pacífico) e os Menos Desenvolvidos, numa coalizão de mais de um terço dos membros, haviam se declarado

inequivocamente contra o início das negociações sobre os temas de Cingapura. Apesar desta posição e diante da clara falta de consenso sobre aqueles temas, o texto base chegou a incluir negociações sobre três deles: investimento, transparência nas compras governamentais e facilitação do comércio.

Então, embora os países em desenvolvimento estivessem política e tecnicamente preparados para negociar em Cancun, sua pauta permaneceu ignorada pelos países poderosos que, apesar de minoria, continuaram a exercer um controle injusto sobre o processo decisório na OMC.

A experiência de Cancun apresenta duas questões importantes: Será que a OMC é tão corrupta que não consegue ser uma intermediária honesta entre seus membros? Será que ela pode ser reformada? Os meses vindouros talvez lancem alguma luz sobre as respostas.

Fracasso em Cancun: O Que Aconteceu e Como Será de Agora em Diante?

Daniela Perez Gavidia, RIGC-Genebra

As negociações na 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) desmoronaram no último dia das reuniões, para surpresa de muitos delegados e também de representantes da sociedade civil. A decisão de encerrar a reunião foi tomada pelo ministro mexicano Luis Ernesto Derbez depois da falta de consenso entre os membros com relação a vários pontos, especialmente quanto às negociações sobre os temas de Cingapura no que tange a investimentos, regras de concorrência, transparência nas compras governamentais e facilitação do comércio. Entretanto, essa não foi a única razão para o fracasso da reunião ministerial.

Quando os negociadores, delegados e representantes da sociedade civil voltaram para os seus países, tiveram início as inúmeras avaliações sobre o que ocorreu em Cancun e todos se perguntam que rumo

tomar de agora em diante. O mesmo se dá conosco da RIGC e com o restante do movimento da sociedade civil. Este artigo fornece uma curta análise sobre o que deu errado e o que pensamos se deve fazer agora, especialmente em Genebra, onde os membros deverão tomar as providências necessárias para que se chegue a uma conclusão acertada e oportuna acerca das negociações, e que se cumpra outro prazo: 15 de dezembro de 2003.

Montando o Palco

Faltou consenso entre os membros de forma que já se percebia muito antes da reunião ministerial em Cancun, pois negociações sobre temas fundamentais estavam estagnadas havia quase 22 meses. Nenhum prazo estipulado pela Declaração Ministerial de Doha foi cumprido, a começar pelos TRIPs e pela Saúde Pública (dezembro de 2002), depois a Agricultura (março de 2003) e nem o que se estabeleceu para o Entendimento Sobre a Resolução de Disputas (maio de 2003). Além disso, durante o estágio final do processo de Genebra em fins de agosto, os membros não chegaram a um acordo sobre o conteúdo do primeiro texto base para a Declaração Ministerial que foi proposto sob a responsabilidade do Presidente do Conselho Geral Carlos Perez del Castillo. A maioria das delegações de países em desenvolvimento ficou desapontada com o conteúdo desse documento e muitas observaram que os países estavam longe de chegar a um acordo em Cancun.

Desde o início da Rodada de Doha, os países em desenvolvimento perceberam que os objetivos "desenvolvimentistas" estavam ameaçados pois as questões que enxergavam como mais importantes não haviam sido abordadas conforme o esperado. Além disso, a pauta superlotada da Organização desde Doha também restringia seriamente o movimento em direção às questões maiores. Nesta conferência, os Ministros concordaram em dar início às negociações não somente

sobre as questões já embutidas na pauta (agricultura e serviços, que já estavam em andamento), como também sobre o acesso a mercados não agrícolas e suas regras, os TRIPs e as indicações geográficas, o Entendimento sobre Resolução de Disputas, e ainda o comércio e o meio ambiente. Isso significava que as capacidades das delegações dos países em desenvolvimento e seus negociadores foram esticadas em várias direções.

Durante a Conferência Ministerial de Cancun, surgiram dois conjuntos de questões distintas como áreas fundamentais tanto para os países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos. A agricultura foi, de longe, o tema que mais dividiu os negociadores tanto antes quanto durante a reunião, e as posições inarredáveis tanto dos países em desenvolvimento quanto dos países desenvolvidos criaram tensões tão sérias que acabaram levando à interrupção do diálogo. Isso se deveu principalmente à falta de melhorias num acordo proposto que poderia ter sido benéfico para os países em desenvolvimento e para os menos desenvolvidos, caso a União Européia e os Estados Unidos tivessem feito concessões. Além disso, havia os Temas de Cingapura e a pressão da UE, do Japão, da Coreia e dos Estados Unidos no sentido de dar início às negociações sobre esses quatro temas ou, pelo menos, sobre dois deles. Então, o que aconteceu no último dia dos diálogos que levou à sua interrupção?

A Interrupção

O segundo rascunho revisado do Texto Ministerial foi emitido pelo Ministro Derbez no dia 13 de setembro, para grande decepção de todas as partes. Quanto ao tema da agricultura, as concessões dos países desenvolvidos não representavam nada em comparação com as expectativas dos países em desenvolvimento. E mais, o documento, se aprovado, iria desarticular os quatro temas de Cingapura e dar início imediato a negociações sobre facilitação do

comércio e transparência nas compras governamentais. Teria também retardado quaisquer decisões sobre as modalidades de agricultura, questão fundamental para os países em desenvolvimento, até o prazo marcado para o início do diálogo sobre o investimento. O Rascunho do Texto Ministerial não refletia muitas das preocupações das delegações do sul, inclusive a reivindicação de quatro países africanos para que fossem eliminados os subsídios numa área de suma importância: o algodão.

Fez-se uma prolongada reunião de Chefes de Delegação na noite de 12 de setembro que foi marcada por contundentes críticas ao texto, feitas por países em desenvolvimento. Na manhã de domingo, foi convocada uma grande reunião no Salão Verde envolvendo 30 ministros. Seu propósito foi discutir todas as questões pendentes da Conferência no intuito de sanar as diferenças. O Ministro Derbez resolveu começar tomando os temas de Cingapura como o item mais disputado, a julgar pelas reações à revisão do Texto Ministerial na reunião de Chefes de Delegações na noite anterior.

Na grande reunião, os países em desenvolvimento tornaram a se opor ao início das negociações sobre qualquer dessas questões e reiteraram a posição de que fossem prestados mais esclarecimentos sobre todas elas. Houve uma tentativa de retirar dois temas da pauta (investimento e concorrência) com a concordância da UE, mas os outros dois (transparência nas compras governamentais e facilitação do comércio) deveriam prosseguir para negociações. Muitos países acharam difícil aceitar as negociações sobre facilitação do comércio e compras governamentais. A reunião foi então suspensa pelo Presidente para que os ministros tivessem tempo de fazer suas consultas internas. Durante esse intervalo, o grupo ACP, os Países Menos Desenvolvidos e os integrantes da União Africana resolveram que não mudariam de

posição e que não se iniciariam negociações sobre nenhum desses quatro temas.

Momentos mais tarde, quando foi retomada a reunião no Salão Verde, a maioria dos ministros dos países em desenvolvimento declarou não aceitar negociações sobre qualquer um dos Temas de Cingapura. Foi interessante a Coreia ter declarado não poder aceitar a retirada de nenhum deles, especialmente o dos investimentos. Ficou claro que a Ministerial estava passando por uma grave crise e foi então que o Ministro Derbez expressou a impossibilidade de se atingir consenso quanto aos Temas de Cingapura, e por conseguinte quanto a todo o pacote de temas, resolvendo então encerrar a Conferência.

As Primeiras Reações

Quando foi dada a notícia da interrupção, começaram a surgir muitas reações diferentes e, de fato, muitas ONGs e outras entidades ativistas bem como as delegações de muitos países em desenvolvimento ficaram eufóricas com o fracasso. Pensavam que "finalmente os países pobres se levantaram contra a manipulação dos países ricos, dando prioridade aos seus interesses." Decerto que, se seus interesses não haviam sido considerados antes, agora estavam em primeiro lugar na fila. Muitas ONGs ativistas concordaram que os países pobres do sul encontraram novas forças em Cancun e, com o apoio das políticas e do trabalho de defesa empreendido por grupos da sociedade civil no norte e no sul, mantiveram unidade e solidariedade maiores que nunca.

Também houve quem ficasse chocado e decepcionado na Reunião Ministerial. Muitos acreditavam que os maiores perdedores com o fracasso de Cancun seriam os países em desenvolvimento. Por exemplo, o Ministro do Comércio da Costa Rica declarou que a falta de resultados e o atraso no cumprimento do cronograma colocariam em risco a contribuição da Rodada do Desenvolvimento. Mesmo o comissário da

CE para o comércio Pascal Lamy proferiu palavras ásperas acerca do fracasso das conversações. Ele declarou que a conferência desmoronou devido à "organização da Organização." Durante sua coletiva de imprensa, mencionou que a OMC ainda era uma organização medieval onde as decisões se tomavam de forma não transparente e não democrática. Chegou até a criticar o processo desenvolvido pelos "Amigos da Presidência" ou "facilitadores" como os responsáveis pela elaboração dos textos, que não refletia as posições de todos os países membros. Também a União Européia achou que o fracasso é um revés para a Agenda de Desenvolvimento de Doha. Entretanto, declararam que ainda é cedo demais para avaliar o impacto sobre a OMC enquanto instituição pois isso vai depender, em grande escala, de quando e como as negociações serão retomadas. Para a UE, o impacto imediato do fracasso de Cancun é o atraso no cumprimento do cronograma marcado em Doha para a conclusão das negociações em 01 de janeiro de 2005.

Segundo o Representante dos EUA para o Comércio Robert Zoellick, a OMC "não é a Assembléia Geral da ONU." Ele, mais do que ninguém, deveria tirar lições fundamentais do fracasso de Cancun. A abordagem do tipo "aceite ou caia fora" usada para pressionar os países a abrirem seus mercados que Zoellick demonstrou na coletiva de imprensa de encerramento destaca a falta de comprometimento norte-americano com a observância das regras do comércio multilateral. Além disso, o fato de ele ter mencionado o uso de acordos bilaterais como caminho para salvaguardar os interesses norte-americanos não é auspicioso para os Países Desenvolvidos ou para o futuro do sistema de comércio multilateral.

Como Será de Agora em Diante?

A sessão de encerramento adotou uma Declaração Ministerial breve e simples em lugar do vultoso Texto Ministerial que

estivera em discussão desde que sua primeira versão surgira em Genebra. Além de expressar os agradecimentos ao governo anfitrião do México, e de dar as boas-vindas ao Camboja e ao Nepal por acederem à OMC, o texto declara que mais trabalho precisa ser feito. Também foram dadas instruções para que se continue trabalhando com urgência nas questões pendentes, levando em conta as visões expressas durante a reunião de Cancun.

O Presidente do Conselho Geral, Sr. Perez del Castillo, em cooperação com o Dr. Supachai, irá coordenar esse trabalho e convocar uma reunião de primeiro escalão até 15 de dezembro de 2003 "para tomar as providências que se façam necessárias para nos permitir prosseguir em direção a uma conclusão oportuna e bem sucedida das negociações." Entretanto, não ficou claro naquele pronunciamento se o esperado para o prazo de 15 de dezembro é que sejam concluídas as negociações sobre as modalidades de agricultura e NAMA, e se haverá uma decisão acerca do início das negociações sobre os Temas de Cingapura com base em consenso explícito – exatamente as duas coisas que não se lograram realizar em Cancun.

A situação futura não se mostra clara nem fácil de resolver. Algumas delegações de países em desenvolvimento gostariam de repassar a tônica das negociações para o tema fundamental da agricultura e sustentam que a questão de dar início às negociações sobre os Temas de Cingapura relativos a investimentos e regras para a concorrência deveria ser retirada da pauta de Doha. Isso é uma parte significativa das negociações e muitas ONGs também apóiam a retirada, em seguimento à mudança de último minuto na posição da UE. Tal posição, até o momento, é a de adotar uma atitude de esperar para ver e não fazer concessões prematuras. A UE considera já ter tomado diversas iniciativas e demonstrado grande flexibilidade com relação à agricultura (com a reforma CAP e a iniciativa EUA/UE) sem ter recebido

respostas construtivas acerca de suas preocupações não comerciais e indicações geográficas. Entretanto, é a reunião de Chefes de Delegação a que irá dar os primeiros sinais do caminho a seguir. A noção geral que se tem em Genebra é de pouco otimismo quanto a alguma ação decisiva antes do fim do ano. E mais, algumas autoridades da área do comércio e alguns especialistas acreditam que haja pouca esperança de recolocar nos trilhos as descarriladas conversações da Rodada de Doha sobre o Comércio, bem como de cumprir o prazo de 01 de janeiro de 2005. Com relação à comunidade de ONGs, muitas concordam que um processo de desenvolvimento de transparência e confiança precisa começar com o corpo da OMC.

Faz necessária uma reflexão final para concluir este pequeno artigo. O desenlace da Conferência Ministerial de Cancun foi avaliado de maneira diferente por países desenvolvidos e em desenvolvimento bem como por movimentos globais da sociedade civil. O fracasso mostrou os distintos problemas que o sistema de comércio multilateral vem evitando há anos. Nenhum país membro pode ignorar isso. Agora é importante que se faça um esforço para resolvê-los e criar um sistema de comércio que possa ser responsabilizado e onde tenham espaço os verdadeiros objetivos do desenvolvimento e um justo equilíbrio dos diferentes interesses. A idéia de fortalecer o bilateralismo ou o plurilateralismo não trará as melhores oportunidades para os países menores e/ou mais pobres. Não é realista admitir que, ao negociar de forma bilateral com as grandes potências do mundo, os países menores ou mais pobres terão mais chances de conseguir bons acordos que lhes sejam benéficos – especialmente quando as desigualdades de poder e pressão política entre eles forem muito mais marcantes no âmbito bilateral que no âmbito da OMC.

Crise do Sistema da OMC: Chance para os Desvalidos e Marginalizados?¹

Brita Neuhold e Maria Karadenizli, WIDE-Europa

A 5ª Conferência Ministerial da OMC ruiu dramaticamente na tarde de 14 de setembro depois de intransponíveis discórdias entre os países do norte e os do sul acerca dos chamados Temas de Cingapura e da agricultura. As coalizões dos países em desenvolvimento que se haviam elaborado durante a conferência permaneceram firmes até o fim, apesar da forte pressão exercida pelas nações ricas, acima de tudo os Estados Unidos e a União Européia. Os países em desenvolvimento disseram um sonoro NÃO aos autoritários procedimentos da OMC moldados sobre monarquias absolutistas de séculos atrás e a globalização de um modelo econômico que favorece exclusivamente os países ricos e as empresas multinacionais. Em rara unanimidade, rejeitaram o Rascunho do Texto Ministerial da OMC que acintosamente ignorava a determinação de mais de 70 países em não iniciar negociações sobre os Temas de Cingapura e que também negligenciava as propostas claras e minuciosas do "Grupo dos 20+", uma aliança liderada por Brasil, Índia, China e África do Sul na área da agricultura e do Grupo da África, Caribe e Pacífico (ACP) bem como do Grupo dos Países Menos Desenvolvidos da África Ocidental e de outros grupos acerca de temas específicos.

Indignação e Resistência

O texto Ministerial, que, a bem da verdade, pedia fortemente para o crescimento econômico com enfoque sobre as grandes empresas e abordava com extrema fraqueza o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental, enfureceu os países do sul e gerou pronunciamentos de objetividade rara, quase contundente. Por exemplo, o Delegado da Índia se referiu à revisão a

¹ Será publicada uma versão mais extensa em breve. Para maiores informações, consulte o site da WIDE.

meio-período da Agenda de Desenvolvimento de Doha como "mais desenvolvimento dos países desenvolvidos."

Um dos comentários mais meticulosos veio do representante de Antígua e Barbuda que disse: "*Se aceitássemos esse documento, mereceríamos a condenação de nossos povos pois não apenas deixaríamos de atendê-los como também os condenaríamos a uma existência de subdesenvolvimento perpétuo.*"

Este comentário armou o palco para acirrada oposição dos países do sul, com forte apoio de ONGs e outros grupos da sociedade civil. Em particular, o procedimento proposto para os Temas de Cingapura foi visto como provocação, especialmente pelos delegados do sul que haviam estado envolvidos no grupo de trabalho da OMC para os Novos Temas e não conseguiram reconhecer suas posições no rascunho final. Portanto, o clima da conferência estava em ponto de ebulição quando tiveram início as conversações entre cerca de 30 países no Salão Verde na manhã do dia 14, com uma mudança imediata de tônica para o item dos Temas de Cingapura.

A resistência do Quênia, que falou em nome dos países do grupo ACP, e da Índia foi tão acirrada – chegou a se vislumbrar a possibilidade de uma debandada dos representantes dos países em desenvolvimento quando o representante queniano disse que não participaria mais da sessão – que logo ficou óbvia a impossibilidade de se atingir um consenso. Vendo que as negociações haviam atingido um impasse aparentemente insuperável, o Ministro das Relações Exteriores do México, Sr. Derbez, resolveu encerrar a conferência antes de sequer iniciadas as conversações sobre agricultura.

Novas Estruturas de Poder e Lembranças do Passado

Apesar dos temores de que, após esse fracasso, seja ainda mais difícil realizar a *Agenda de Doha para o Desenvolvimento*, os países do sul sentiram ter atingido uma unidade e ter confrontado as políticas de comércio das grandes potências e questionado a estrutura não democrática da OMC. Este evento, de fato, traz lembranças da década de 1970 quando os países do Terceiro Mundo se levantaram contra o norte em sua luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional justa e pelo direito ao desenvolvimento. Na época, lutaram por suas reivindicações nas conferências da UNCTAD que desfrutavam do mesmo interesse da mídia e atenção pública que as conferências da OMC atualmente. O Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil e porta-voz do Grupo dos 20+, expressou os sentimentos de muitos ao dizer: "Saímos do processo mais fortalecidos que quando entramos!" Suas palavras de agradecimento às ONGs, às quais segundo ele o mundo deveria dar ouvidos, foram compartilhadas e apoiadas por muitos outros delegados dos países do sul. Eles acharam que a solidariedade expressa pela comunidade das organizações não-governamentais e pela sociedade civil em geral em diversas declarações, documentos informativos, notas de divulgação para a imprensa, reuniões, demonstrações impressionantes e estímulo pessoal foi um forte escudo contra o comportamento insensível e às vezes desprezível dos representantes dos países ricos.

A reação da União Européia, que durante todas as negociações não mostrou muita compreensão das demandas e necessidades do mundo em desenvolvimento chegando até a dirigir ameaças contundentes a muitos desses países, especificamente os do Grupo ACP, foi de choque e surpresa. A UE categorizou o desenlace como um "grande erro" cometido pelos países em desenvolvimento. Não houve análise alguma do fato de que a própria persistência da UE em tentar dar início às negociações em torno dos Temas

de Cingapura foi uma das causas para o colapso das negociações. O comissário da UE para o comércio Pascal Lamy, que mal conseguia esconder a raiva, teceu severas críticas à OMC chamando-a de "medieval" e classificando o princípio do consenso de "desatualizado". Mas também houve delegados europeus que responsabilizaram os procedimentos não democráticos da OMC pelo desastre. Por exemplo, a Bélgica defendia um papel mais forte para a UNCTAD nas políticas do comércio internacional no futuro. Isso é indicativo da divergência de visões entre os países membros da UE em diferentes áreas que normalmente fica bem escondida por trás da posição coletiva da UE.

A Sociedade Civil em movimento

ONGs internacionais e redes formaram uma forte aliança entre si, coordenando suas ações e emitindo informações profundas sobre suas atividades e sobre os tópicos e temas em jogo. Destacava-se entre elas a organização Nosso Mundo Não Está à Venda (NMNAV), Rede do Terceiro Mundo (RTM), Rede Internacional do Gênero e Comércio (RIGC), Organização de Mulheres para Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO), Associação para os Direitos da Mulher e o Desenvolvimento (AWID), Women's Edge Coalition, Instituto de Negociações e Informação do Comércio do Sul e do Leste da África (SEATINI), South Asian Civil Society Network in International Trade (SACSNITI), Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD), Centro de Pesquisa sobre Empresas Multinacionais (SOMO), FoodFirst Information and Action Network (FIAN), Centro Internacional pela Diversidade Cultural (ICCD), Green Peace, Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Amigos da Terra, Cidadão Público, Action Aid, Centro Internacional para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Democrático (ICHRDD) e o Centro para o Direito Ambiental Internacional (CIEL).

Elas advertiram sobre os efeitos negativos que têm a OMC e o crescimento e globalização voltados para o lucro sobre os pobres do mundo, sobretudo mulheres e crianças, e argumentaram em favor de uma necessidade urgente de reforma radical do sistema da OMC baseada em políticas de comércio que sejam ecologicamente sustentáveis, sensíveis às questões de gênero e enfocadas nos direitos humanos. Expressaram suas preocupações com a destruição e exploração da natureza e o meio ambiente pelas políticas da OMC relativas ao comércio na área de propriedade intelectual e fizeram campanha priorizar os direitos humanos e ambientais antes dos acordos de comércio e submeteram uma Declaração do Direito ao Alimento.

Organizaram oficinas, informes, grupos de trabalho e coletivas de imprensa, emitiram pronunciamentos e declarações e se reuniram com delegações de estados membros da OMC e acompanharam as negociações oficiais no Centro de Convenções. Fizeram demonstrações impressionantes com o comparecimento de milhares de pessoas protestando contra a intransigência do Secretariado da OMC, dos Estados Unidos e da União Européia, e participando de encontros deliberativos por toda a cidade.

Cancun foi diferente de Seattle e das outras reuniões internacionais sobre comércio e economia como a de Genebra, pois se passou como um evento pacífico – com raríssimas exceções – onde a polícia mostrou tolerância e compreensão com a resistência social.

ONGs cuja tônica é a mulher e as questões de gênero também gozaram de grande visibilidade em Cancun. Num fórum internacional de dois dias intitulado "*As Mulheres a Caminho de Cancun – Direitos da Mulher nos Acordos sobre o Comércio*," economistas feministas, analistas de gênero e comércio e defensores da mulher analisaram as políticas da OMC a partir de

uma ótica do gênero e dos direitos humanos e atraíram atenção para a situação da mulher no contexto dos acordos existentes na OMC e de outros que surgem nas áreas da agricultura, dos direitos de propriedade intelectual, dos serviços e do investimento. Ao se encerrar o fórum, foi publicada uma *Declaração Política sobre os Direitos da Mulher nos Acordos de Comércio* que se fez distribuir para a sociedade civil e autoridades governamentais em geral. Durante a Conferência mesma da OMC, foram muito bem coordenadas pela Rede Internacional do Gênero e Comércio (RIGC) diversas sessões para elaboração de estratégias e de intercâmbios de informação entre ONGs e redes da mulher. Foram organizados vários seminários sobre temas de gênero e de economia também pela RIGC, por Heinrich Böll e Friedrich Ebert Stiftung, e ainda reuniões deliberativas organizadas por ONGs mexicanas da mulher, pela AWID, pela Coalizão EDGE da Mulher e pela WEDO, abertas ao público em geral, aconteciam diariamente no centro da cidade.

Depois de Cancun

Analisar o processo e o desfecho de Cancun e ainda fazer previsões para o futuro não são tarefas fáceis. Por um lado, justificam-se os países do sul em seus temores de que o desenvolvimento, a sustentabilidade ecológica, a erradicação da pobreza e a justiça entre os gêneros sejam suplantados e os ganhos da Rodada de Doha se percam. De fato, a reação dos delegados a UE indicava políticas duras assim.

Ademais, as ameaças lançadas por autoridades e representantes empresariais dos EUA no sentido de passarem por cima da OMC e irem realizar suas aspirações noutra lugar devem ser levadas a sério, pois tendem a resultar em perdas ainda maiores para a população pobre do mundo inteiro e para o meio ambiente internacional. Por outro lado, os países do sul e as ONGs não só declararam que "É melhor não fazer acordo algum do que fazer um mau acordo"

mas também aclamaram o colapso de um processo bastante sinistro como prova da nova força dos desvalidos. A Rede Internacional do Gênero e Comércio expressou o sentimento geral declarando que o "*colapso em Cancun representa uma grande mudança política na dinâmica do poder na OMC com os países em desenvolvimento conseguindo resistir ao poder diante de pressão extrema e acuamento.*"

As negociações agora prosseguirão numa escala menor em Genebra, onde se espera que uma sessão política extraordinária venha a ocorrer em 2004. Ainda não está certo se haverá outra Conferência Ministerial em 2005 em Hong Kong. Em grande parte, isso dependerá da maneira como o novo peso que os países do sul adquiriram se fará sentir nesses processos. As ONGs continuarão apoiando o seu empenho e lutarão por reformas amplas na OMC a fim de assegurar a transparência e a democracia dentro do sistema mundial de comércio ao mesmo tempo que limitam seu âmbito às questões do comércio. Somente em tais condições se poderão salvaguardar os direitos humanos, a justiça social e de gênero, e formas inexauríveis de sustento populacional.

Para maiores informações sobre o WIDE, queira ver: <http://www.eurosur.org/wide>.

Balço e Indagações Norteadoras para o pós-Cancun

Graciela Rodríguez, RIGC-América Latina

Diferentes avaliações do que ocorreu na 5ª Conferência Ministerial da OMC em Cancun em setembro de 2003 podem e devem ser feitas. O anúncio do fracasso das negociações provocou diversas reações, entre as quais a alvoroçada comemoração das entidades ligadas aos movimentos sociais que rotularam o processo como a "vitória de Cancun."

O que ali sucedeu é decerto um momento importante do processo político internacional de globalização. Nesse sentido, é de fundamental importância que se façam avaliações precisas e profundas em torno do ocorrido em Cancun, pois estas serão essenciais para definir as estratégias futuras de ação diante da agenda global. Entre os elementos importantes dessa avaliação, propomos o resgate de duas das questões que se apresentam como nitidamente prioritárias para um balanço da conjuntura atual:

1. A decisão acertada que tomaram quase todos os movimentos sociais do mundo inteiro, qual seja a de apontar suas mobilizações para a todo-poderosa OMC e sua preparação para a 5ª Conferência Ministerial.
2. A relevância da conformação do G-20+, principal novidade surgida no cenário político internacional, que estreou com uma presença definitiva para os resultados de Cancun.

Acertando o alvo

Sem dúvida, a presença importante de grupos e entidades da sociedade civil, entendida em sentido amplo, influenciou a marcha das negociações desta Ministerial.

Durante todo o ano anterior à reunião que aconteceu no belíssimo balneário da costa yucateca, os movimentos sociais do mundo inteiro centraram sua atuação e seus trabalhos nos preparativos para esta 5ª Conferência Ministerial. Em novembro de 2002 foi realizada a primeira reunião preparatória dos movimentos sociais, com o objetivo de formular uma estratégia comum que permitisse acompanhar o processo negociador multilateral. A partir daí, a palavra de ordem "Descarrilar a OMC" se transformou na palavra de ordem que unificou a atuação dos movimentos globais ao longo de 2003.

Assim selou-se a escolha do eixo central para o agir conjunto das entidades ali mobilizadas. Durante todo o ano, a atuação de grande parte das organizações da sociedade civil esteve focalizada na OMC e seu processo rumo a Cancun, tendo simultaneamente ainda de dar conta das mobilizações contra a guerra que mostraram ao mundo uma visão integral e coerente da injustiça da ordem mundial.

Apesar do esforço redobrado que precisou ser empreendido, o acompanhamento das negociações multilaterais foi motivo de um sem número de atividades anteriores à reunião de setembro. A preparação prévia incluiu debates, seminários, campanhas e um forte processo de educação popular, em especial dos grupos sociais organizados, o que acabou sendo determinante para o resultado alcançado.

Ao mesmo tempo, diversas organizações nacionais e internacionais estiveram empenhadas em suas exigências aos governos membros e à Secretaria da OMC.

Estes dois elementos, tanto a mobilização quanto as exigências prévias a Cancun, conseguiram criar esse clima favorável à inflexão no rumo das negociações, especialmente através dos países mais abertos a ouvir essas vozes.

A unidade alcançada entre os diversos setores do chamado "movimento antiglobalização", apesar das dificuldades para consegui-la e também apesar de alguns protagonismos e discordâncias, foi um fator fundamental para o sucesso das exigências tanto "fora" como "dentro" de Cancun. A ordem de "descarrilar a OMC" teve o valor de conseguir aglutinar amplos setores sociais, juntando os diversos temas em jogo nas negociações.

Os temas agrícolas, como já era esperado, seriam determinantes sim para o rumo do processo negociador. Os "novos temas" e as questões das patentes de medicamentos, especialmente, tiveram forte influência no

desfecho das agitadas negociações no final da reunião. Assim, todos os temas acabaram contribuindo para o fracasso das negociações na medida em que foram se confrontando e obstaculizando entre si.

Talvez por este motivo a idéia de "descarrilar" o processo, ainda que se possa dizer frágil ou ambígua, acabou contribuindo e facilitando o resultado vitorioso para o movimento social: de tirar as negociações dos caminhos que vinham seguindo...

Os impactos nocivos que o "livre" comércio vem provocando no mundo inteiro e a evidência crescente disso para os movimentos sociais, deram a pauta clara da necessidade de priorizar a atuação neste espaço de decisões onde se pretende impor os desígnios dos países industrializados. A evidência do poder acumulado pela OMC, e dentro dela pelos países e empresas multinacionais que controlam o comércio internacional, transformou-a no alvo estratégico para o movimento social.

Evidentemente muito podemos aprender a partir do processo preparatório e da atuação dos movimentos sociais em Cancun, porém desde já podemos reconhecer o acerto de apostar na mobilização frente ao processo da OMC e as contradições que a mesma explicita com virulência.

"A rebelião dos pobres"

Ao mesmo tempo em que registramos o processo bem sucedido para as organizações da sociedade civil, é fundamental reconhecer o papel determinante para esse desenlace alcançado pela presença e atuação do G-20+. A formação desse grupo negociador dos países em desenvolvimento liderados pelo Brasil, Índia e China, foi a grande novidade não só de Cancun como também durante toda a última década das negociações internacionais.

Citando o Chanceler brasileiro Celso Amorim, podemos dizer que a importância

estratégica da conformação do G-20+ ficou dimensionada em suas palavras: "Se não sairmos de Cancun com algum ganho, podemos nos despedir por 20 anos ou mais de conseguir os avanços desejados pelos países em vias de desenvolvimento."

A novidade criada a partir da presença do G-22 marca Cancun como um momento histórico nas negociações norte-sul. Talvez de forma inédita nos anos pós-Guerra Fria, esta "rebelião dos pobres", como tem sido chamada, dá um viés diferente às negociações multilaterais, seriamente ameaçadas pelos recentes acontecimentos bélicos internacionais.

Reconhecemos a debilidade da aliança que permite a criação deste grupo, ligado exclusivamente ao interesse nos temas de agricultura. Sabemos que o surgimento do G-22 foi provocado em grande medida pelas frustrações de muitos países pertencentes ao grupo de Cairns e também pela falta de sensibilidade da proposta apresentada pelos EUA e pela UE, extremamente ambiciosa e sem nenhuma concessão importante ao que vinha sendo negociado e aos interesses dos países pobres.

É interessante perceber que no caso da América Latina começam a aparecer (nas negociações da ALCA) indícios da reação dos EUA ao fracasso de suas propostas em Cancun e, ao mesmo tempo, surgem sinais da justificativa encontrada diante da falta de avanços na OMC, para pressionar por negociações bilaterais que forjem uma cunha para romper as frágeis alianças que vêm se construindo entre os países do sul. (A saída recente do Peru e da Colômbia do G-22 parece confirmar essa estratégia divisionista.)

Entretanto, apesar da fragilidade do G-20+ e de seu delicado equilíbrio de poder, ele é uma peça nova e fundamental que desestabiliza positivamente o tabuleiro atual das negociações.

A partir desse resultado, faz-se imperiosa a necessidade de repensar o sistema multilateral e suas bases, não só na OMC como também, dadas as repercussões, em outros espaços da governabilidade mundial.

Como será depois do “descarrilamento”?

Se concordarmos na importância do resultado alcançado em Cancun tanto pelos países em vias de desenvolvimento como para os movimentos sociais, deveremos analisar o que significou o descarrilamento da OMC e quais são as necessidades a partir de agora.

Se para alguns se tratava de colocar as negociações em novas "vias", para outros a busca era para reduzir a amplitude da agenda e/ou acabar com ela, esvaziando de sentido essa organização internacional.

A convivência entre variadas significações que se deram no caminho ao “fracasso” mostrou-se muito útil para a unidade dos movimentos sociais. Entretanto, agora é necessário aprofundar a discussão de expectativas e objetivos.

Este é talvez o momento ideal para um debate que requer algumas perguntas e esclarecimentos em torno de algumas questões; a saber: Queremos incidir nos rumos da OMC ou queremos que ela acabe? Pensamos que é necessária sua reforma, conforme apontam diversos documentos que perseguem a transparência e modificação das regras nessa organização, ou tais modificações não seriam suficientes? Consideramos positivo continuar a pressão para conseguir avanços na Agenda de Doha ou acreditamos que o comércio internacional é prejudicial ao desenvolvimento dos países? Parece-nos que tanto o GATS como os TRIPs não devem fazer parte da agenda, ou será que eles precisam ser reformulados? Como fazer para que os acordos internacionais não afetem a soberania dos povos e seu direito reconhecido à autodeterminação?

Evidentemente, um ambiente multilateral para as negociações internacionais é positivo no sentido de estabelecer um equilíbrio maior em relação ao unilateralismo do mais forte ou das regras e imposições dos acordos bilaterais. Entretanto, manter a correlação de forças obtida em Cancun será uma batalha dura.

Será que nos interessa a coesão e o avanço do G-20+ e será que queremos incidir sobre os governos que o conformam para fortalecê-lo? Fica claro que os interesses desses países são em muitos casos os interesses de suas classes dominantes e não necessariamente de sua população mais pobre e afetada pelos acordos comerciais?

Apesar de sermos conscientes das diferenças entre países e governos, não podemos deixar de lado as mudanças políticas e sociais acontecidas recentemente em alguns países da América Latina que foram fatores determinantes para o surgimento do G-20+. Essa re-orientação política, que está possibilitando um momento bastante especial para a democracia na região, vem convocando ou facilitando em vários casos a participação da sociedade civil nos processos negociadores oficiais.

Frente a isto nos vemos no desafio de equilibrar uma atuação de incidência no campo de disputas instalado nos governos nacionais junto com o agir destinado a divulgar as informações e mobilizar a sociedade em torno dos interesses populares. A convivência destas diversas estratégias está dando o rumo para as redes e alianças, sejam nacionais ou continentais nas Américas, num cuidadoso equilíbrio integrador das diversas visões sobre a participação.

O respeito pelos diversos posicionamentos, a autonomia dos movimentos sociais diante dos governos e o Estado, o aprofundamento da democracia participativa e a mobilização

popular permanente são com certeza formas de potencializar os esforços.

Evidentemente, processos como ALCA e OMC são muito diferentes e precisam de estratégias diferenciadas; porém, a presença, participação e mobilização da sociedade civil e dos Parlamentos é a garantia de um caminho mais justo e equitativo.

Ao mesmo tempo, sabemos que a recente formação de blocos e alianças (não só o G-20 como também a Aliança Africana, os países da ACP e os de Menor Desenvolvimento Relativo) dá um novo significado às relações sul-sul, em especial os países membros do G-20, e coloca novos desafios para a sociedade civil. A fragilidade dos acordos no interior do grupo, baseados exclusivamente nos temas agrícolas, requer uma atuação conjunta e decidida do movimento social destes países que permita a ampliação e qualificação da agenda além da agricultura.

Os processos de integração são um caminho para a sustentabilidade de algumas regiões e a sociedade tem o direito de disputar os rumos e a direção de tais processos que incluem seus próprios projetos de desenvolvimento.

O verdadeiro sucesso de Cancun é o novo (dê)s equilíbrio no poder mundial, que abre esperanças para a reconstrução de um multilateralismo que venha a impor limites ao poder quase ilimitado da OMC e sua lógica mercantil e que permita a construção de uma normativa internacional baseada na agenda dos direitos humanos.

A 8ª Reunião Ministerial da ALCA em Miami: Encolher, Afundar ou Nadar?

Alexandra Spieldoch, Center of Concern / Rede Estadunidense de Gênero e Comércio (USGTN)

Nos dias 20 e 21 de novembro de 2003, os ministros da ALCA se reuniram em Miami, no estado da Flórida, para tomar a dianteira nas negociações em prol da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ali, eles conseguiram surpreender os analistas ao reafirmarem o compromisso com a previsão para que se conclua a ALCA em 2005.² Poucos dias antes, ativistas, governos e gente da iniciativa privada estavam céticos com relação à direção que a ALCA tomaria devido a impasses no âmbito, na definição e no conteúdo do acordo. Os negociadores não só reafirmaram seu compromisso com a ALCA como chegaram a completar as negociações um dia antes, assinando a Declaração Ministerial em 20 de novembro de 2003.

Embora os ministros tenham concordado em prosseguir com a ALCA, a declaração acordada está consideravelmente mais diluída do que teria esperado o governo estadunidense. Basicamente, os países aceitaram o que tem sido chamado de "uma ALCA flexível", "uma ALCA *light*" ou "uma ALCA *a la carte*". A Declaração Ministerial inclui linguagem chave sobre flexibilidade e a possibilidade de negociações plurilaterais, que deixariam os países assumirem diferentes níveis de compromissos dentro da ALCA bem como lhes daria a possibilidade de negociar certos tópicos em fóruns multilaterais ou bilaterais.³

Embora ainda seja abrangente, o escopo da ALCA não é mais o da proposta original de um todo único que deixe os países reduzirem certas obrigações em áreas de

² Tanto governos quanto grupos não governamentais e a iniciativa privada não acreditavam que as negociações iriam conseguir manter o cronograma prévio de conclusão da ALCA. Agora já é ampla a expectativa de que ele seja estendido.

³ *Declaração Ministerial de Miami*. 8ª Reunião Ministerial da ALCA: Miami, Florida, USA, 20 e 21 de novembro de 2003.

negociação ou adia-las até um momento posterior. Negociadores do Brasil, da Argentina, da Venezuela e dos Pequenos Estados Insulares do Caribe acharam a reunião um sucesso pois os países haviam conseguido ganhar algum tempo dentro do processo de negociações para dar corpo àquilo em que a ALCA há de se tornar.

Interessante: os Estados Unidos também alegam que a reunião dos ministros da ALCA foi igualmente um sucesso por não ter desmoronado qual a da OMC em Cancun no último mês de setembro e que a ALCA vai prosseguir de uma forma ou de outra. Um representante oficial da delegação da CARICOM considerou o desfecho uma situação em que todos saem ganhando. A realidade é que Estados Unidos e Brasil, co-presidindo as negociações da ALCA, estavam tentando salvar as aparências no meio de um impasse. E conseguiram, mas isso não significa que haja acordo com relação à ALCA. Grupos empresariais dos Estados Unidos têm se mostrado avessos a aceitarem uma ALCA diluída. Entrementes, o Brasil tem firmado posição no sentido de reduzir o âmbito da ALCA.

No pé em que se encontram as coisas, ainda restam questões na ALCA. Primeiro, as áreas tópicas ainda estão incluídas na ALCA e os países concordaram com um nível mínimo de comprometimento nelas todas. Portanto, não fica claro até que ponto se reduzirá o âmbito. Segundo, embora tenha sido incluída uma linguagem de "flexibilidade" na declaração final dos ministros, ainda não foram definidos os tipos de mecanismos de flexibilidade a serem incorporados ou como tais mecanismos serão usados. Por fim, embora tenham conseguido ganhar tempo, os governos da ALCA ainda precisam lidar com questões substanciais como agricultura, propriedade intelectual, investimentos, serviços e compras governamentais, que não foram resolvidas entre eles.

Reconhecendo-se a velocidade com que podem mudar as marés em negociações

assim, permanecem obscuros os tipos e as circunstâncias dos acordos que os governos virão a fazer de agora até a próxima reunião ministerial. O que acontece neste momento é que os países da ALCA precisam se preparar para o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que se reunirá em Puebla, no México, em fevereiro de 2004. Nessa reunião, os países irão conformar algumas questões substantivas ainda não resolvidas, como agricultura e investimentos. Também trabalharão no sentido de identificar mecanismos específicos de flexibilidade sobre os quais se possa chegar a um acordo mútuo na ALCA. Mas parece que as negociações serão retardadas para data posterior à previsão inicial de conclusão em 2005. A verdade é que ainda não sabemos o que será da ALCA e das políticas comerciais na região das Américas como um todo.

Política Comercial Estadunidense: Um Emaranhado Tentacular

O que sabemos é que os Estados Unidos estão trabalhando em diversos níveis para atingirem sua meta de "liberalização competitiva". Por isso o colapso das negociações comerciais na OMC em setembro resultou em ramificações importantes para a região das Américas.

Desde o colapso das negociações da OMC em Cancun, o órgão de representação comercial dos Estados Unidos (USTR) deixou claro que partirá em busca de acordos comerciais com os países interessados e avançará com sua agenda bilateral.⁴ Assim sendo, eles vêm exercendo enorme pressão para concluir um acordo para a ALCA em 2005, um Acordo Centro-americano de Livre Comércio em dezembro de 2003 e acordos bilaterais com os países que "podem fazer". Em viagem ao Brasil antes da reunião de Miami, o embaixador estadunidense para o comércio Peter Allgeier sinalizou que embora queiram

⁴ "Estados Unidos não esperarão pelos países que não querem a ALCA" *Financial Times*, 22 de setembro de 2003, primeira edição londrina de segunda-feira pág. 23.

chegar a um acordo com todos os 34 países da ALCA, os Estados Unidos irão atrás da liberalização com aqueles que estiverem preparados caso outros decidam não participar.⁵

Como parte de sua abordagem multi-tentacular, os Estados Unidos entraram no ritmo dos diferentes conjuntos de acordos comerciais aos quais já haviam dado início ou que estavam em vias de concluir. Por exemplo, a última rodada de negociações do ACALC acaba de ocorrer, no início de dezembro, e o acordo pleno deverá estar concluído no fim de junho de 2004. Além disso, o Congresso estadunidense foi avisado da intenção de negociar um acordo de livre comércio com os países andinos (Peru, Colômbia, Equador e Bolívia). Antes do início da reunião ministerial da ALCA em Miami, eles anunciaram dois novos acordos bilaterais com o Peru e o Panamá no dia 18 de novembro e divulgaram planos em andamento para mais um com a Colômbia. Logo depois da reunião ministerial de 21 de novembro, o USTR divulgou ainda outro com o Uruguai na área de investimentos e mais possibilidades de oportunidades bilaterais noutros setores. Esta última notícia é importante pois os Estados Unidos vêm perseguindo os países do MERCOSUL (Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil) para que abandonem a posição em prol de uma "ALCA flexível" e aceitem um acordo mais abrangente. E têm trabalhado diligentemente para isolar o Brasil como o principal "dente da engrenagem". Antes de Miami, Uruguai e Paraguai haviam começado a se distanciar da solidariedade inicial com o Brasil para se aproximar de uma ALCA mais abrangente, mas até Miami não deram nenhum passo concreto que os afastasse do MERCOSUL. Os dois países maiores, Brasil e Argentina, mantiveram sua forte aliança, mas a decisão uruguaia de negociar um acordo bilateral com os Estados Unidos pode ter um impacto

⁵ "Principal negociador do Brasil na ALCA acusa autoridades dos Estados Unidos de 'arrogância sistemática.'" Ed Taylor. *International Trade* nº 208. 28 de outubro de 2003, pág. A-9.

negativo no futuro do MERCOSUL como bloco comercial unificado dentro da ALCA.

Comércio na Agricultura — Ainda um Osso Duro de Roer

Os Estados Unidos já disseram várias vezes que não farão na ALCA concessões além das que fizeram na OMC com relação ao apoio doméstico à agricultura e a políticas anti-dumping. Especialmente agora que os eleitores começam a se preparar para as eleições presidenciais marcadas para novembro de 2004! Produtores de cítricos e de açúcar na Flórida têm *lobbies* poderosos contra qualquer concessão que o USTR possa pensar em fazer nas negociações da ALCA. Esse ainda é o ponto mais disputado entre os Estados Unidos e outros países da ALCA, como Brasil e Argentina, que acusaram os Estados Unidos de protecionistas e hipócritas em suas políticas comerciais agrícolas por conta de seus subsídios à exportação e mecanismos de apoio doméstico.⁶

O colapso das negociações da OMC no México em setembro é importante para as negociações da ALCA por várias razões. Na área da agricultura, mais da metade dos países do G21+ vêm da região das Américas.⁷ Desde Cancun, os Estados Unidos vêm pressionando para que os países latino-americanos daquele grupo dele se afastem; caso contrário, tais países terão de enfrentar as conseqüências. O desfecho foi que Peru, Colômbia, Chile e El Salvador abandonaram o grupo e partiram para conversações bilaterais com os Estados Unidos.⁸ Os países de um G21+ assim enfraquecido têm menor capacidade de negociar com a mesma eficácia as questões

⁶ "América do Sul nas Mãos do Projeto de Lei Agrícola dos Estados Unidos," Raul Pierri. IPS. Montevideu, 10 de maio de 2003/" Lei Agrícola dos Estados Unidos Faz Região Re-pensar." Dionne Jackson Miller. IPS, Montego Bay, 15 de maio de 2002.

⁷ Incluem-se: Brasil, Paraguai, México, Colômbia, Guatemala, Peru, Chile, Bolívia, Argentina, Equador, Venezuela, Cuba, El Salvador.

agrícolas na ALCA (bem como na OMC). Entretanto, deve-se destacar que o Brasil ainda é líder desse grupo, o que será problemático para os Estados Unidos caso eles não reduzam seus subsídios domésticos.

Investimentos na ALCA

O texto sobre investimentos é particularmente polêmico e ainda está cheio de parênteses, pois os países acham que investimentos não regulamentados na região serão de grande valia para as empresas norte-americanas e irão afastar os investimentos de fontes locais e nacionais (conforme se argumenta que teria ocorrido sob a égide do NAFTA). O que mais se discute é se os investidores devem poder processar países por expropriação (lucros cessantes por causa de regulamentação governamental), numa relação "investidor-Estado" (NAFTA, capítulo 11), e se empresas multinacionais devem ter os mesmos direitos que as nacionais através dos dispositivos de "tratamento nacional". Nas negociações da ALCA, os Estados Unidos lançam mão de uma linguagem que inclui amplas definições de investimentos, dentre as quais "carteira de investimento", bem como de uma linguagem investidor-Estado e ainda desses dispositivos de tratamento nacional. O Brasil e outros países têm apoiado que os investimentos fiquem limitados ao "investimento estrangeiro direto" (IED) e que haja dispositivos "Estado-Estado" em lugar daqueles do tipo "investidor-Estado".

Antes da reunião de Miami, o Brasil pediu que fossem retiradas da ALCA as negociações sobre investimentos e compras governamentais (bem como sobre os direitos da propriedade intelectual), e que estas passassem a ser negociadas através da OMC. A proposta caiu em Miami quando os países concordaram com a "abordagem flexível". Uma abordagem mais forte seria, obviamente, um breque nas negociações da ALCA e, para dizer o mínimo, tiraria os investimentos de qualquer acordo que dali resultasse. Seja qual for o desfecho, o

capítulo dos investimentos na ALCA continuará sendo polêmico pois os Estados Unidos buscam maior liberalização para os investidores estrangeiros enquanto algumas das economias menores apóiam investimentos que promovam o desenvolvimento nacional.

Economias Menores

As economias menores se encontram numa posição especialmente precária, precisando de mecanismos que lhes propiciem salvaguardas especiais e da capacidade para isentar certos produtos que são vulneráveis à concorrência externa. E têm verbalizado isso tanto no âmbito da OMC quanto no âmbito regional. A embaixadora do Belize nos Estados Unidos e na Organização dos Estados Americanos (OEA) Lisa Shoman diz que sem os mecanismos de tratamento especial a ALCA poderia "afogar alguns de nós que remam em canoas diante de outros que passeiam em iates. Não estamos lidando com o mesmo tipo de embarcação."⁹

Na reunião ministerial de Miami, os Pequenos Países Insulares, participantes do CARICOM, apresentaram uma linguagem de proteção às economias menores. A versão final da Declaração Ministerial inclui exemplos dela. É importante destacar que a linguagem em questão não está muito bem definida e tampouco se esclareceu coisa alguma acerca dos ganhos que as economias menores tiveram com as negociações da ALCA, se é que tiveram algum.

Segurança X Solidariedade

Apesar da presença e brutalidade da polícia em Miami, mais de 15.000 manifestantes de todas as Américas se reuniram nas ruas no dia 20 de novembro de 2003 para protestar em passeata pacífica de apoio a um modelo alternativo de desenvolvimento para a região. Infelizmente, a grande mídia fez vista

⁹ 'Economias Menores Buscam Consideração.'

Bohning, Don. Especial para o *Miami Herald*. Edição dominical, 26 de outubro de 2003.

grossa para as notícias referentes às análises e à solidariedade em Miami para dar espaço a artigos sobre violência.

Deve-se dizer que 8,5 milhões de dólares da lei recém-aprovada pelo congresso norte-americano em apoio à guerra no Iraque se destinavam a ajudar Miami a sediar a reunião ministerial da ALCA. Essa verba ajudou a Flórida a gastar quase nove milhões de dólares só para trazer policiais de 40 delegacias espalhadas por todo o estado a fim de proteger o povo de manifestantes supostamente violentos durante a reunião ministerial da ALCA no mês de novembro.¹⁰ A sociedade civil fez manifestações pacíficas mas, ainda assim, os manifestantes foram recebidos pela polícia com violência física.¹¹ O elo entre a segurança dos Estados Unidos e o comércio, neste sentido, pode ser questionado como sendo de repressão e violência a fim de proteger os negociadores do povo, que apenas exercia seus direitos e sua liberdade de expressão.

Grupos como a Aliança Social Continental (ASC), a Rede Internacional de Gênero e Comércio (RIGC) e outros organizaram oficinas e discutiram estratégias para o próximo ano de eventos paralelos à reunião ministerial oficial. Do nosso ponto de vista, duas estratégias importantes são: envolver mais grupos para lutar por uma alternativa à ALCA, e monitorar e fazer *lobby* junto aos governos da ALCA para que eles não aceitem acordos a portas fechadas, distanciando-se assim dos pequenos ganhos obtidos em Miami. Em última instância, nosso poder é numérico. Esta é a hora para que os cidadãos se pronunciem e se façam ouvir na luta global por um comércio verdadeiramente livre e justo que beneficie o desenvolvimento.

Este artigo também se encontra em http://www.igtn.org/NorthAmerica/North_America.htm.

Para receber por email o Boletim Mensal da RIGC, escreva para secretariat@igtn.org e coloque "assinar" na linha de assunto, além de incluir no corpo da mensagem o seu nome e a organização à qual pertence. Para ler Boletins antigos, vá ao site da RIGC: <http://www.igtn.org/Bulletins/Bulletins.html>.

¹⁰ Alex Clifton, "Lei da Guerra no Iraque Inclui Milhões para a Reunião do Comércio em Miami." *Palm Beach Post*, 04 de novembro de 2003.

¹¹ Testemunho de Alexandra Spielloch durante a reunião ministerial do comércio em Miami, 17 a 21 de novembro de 2003.